

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WILLIAM FERNANDO GRASSI

ANÁLISE GALBRAITHIANA DO ESTADO E DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

CURITIBA

2017

WILLIAM FERNANDO GRASSI

ANÁLISE GALBRAITHIANA DO ESTADO E DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de fim de Curso como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Doutor José Felipe Araújo de Almeida

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

WILLIAM FERNANDO GRASSI

ANÁLISE GALBRAITHIANA DO ESTADO E DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Doutor José Felipe Araújo de Almeida
Departamento De Ciências Econômicas – UFPR

Prof. Doutor Eduardo Angeli
Departamento De Ciências Econômicas – UFPR

Prof. Doutor Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento De Ciências Econômicas – UFPR

CURITIBA, DE DE 2017.

RESUMO

John Kenneth Galbraith desenvolveu suas obras com o intuito de analisar fatores que afetam de forma efetiva a vida diária dos indivíduos que vivem na sociedade. Para tal ele estabeleceu uma série de conceitos que auxiliam no seu estudo e facilitam a compreensão do comportamento dos indivíduos, das empresas privadas e do setor público. O objetivo dessa monografia é com base nesses conceitos interpretar a função do Estado e a organização do sistema econômico estudando a efetividade de suas ferramentas, assim como relacionar as características da organização da produção e seus desdobramentos para todos os envolvidos. A subversão que Galbraith faz, de crenças mantidas por gerações anteriores, é embasada na compreensão de como a evolução da tecnologia, altera os meios de produção, a comunicação e o transporte, mudando assim a relação de negócios em todas as esferas da sociedade, é papel do economista interpretar essas mudanças de forma coerente auxiliando na tomada de decisão.

Palavras-chave: Galbraith. Estado. Organização da produção.

ABSTRACT

Jonh Kenneth Galbraith developed his works with the intention of to analyze elements that affect about an effective way the people's daily life that live on the society. For that he established some concepts that have helped on his study and make an easier comprehension about the behavior of the individuals, private companies and of the public sector. The guideline of this work is, with the assistance of these concepts, to interpret the function of the State and the economic organization system studying the effectiveness of its tools, as so as, list the characteristics of the production organization and its consequences to everybody involved. The subversion that Galbraith does, about the believing kept for previous generations, is based on the comprehension of how the evolution of the technology changes the means of production, the communication and the transport, changing this way, the relationship about business everywhere on the society, economist's duty is to interpret these changes in a coherent way, helping to take decisions.

Key-words: Galbraith. State. Production organization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ESTADO E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO	8
2.1	RUPTURA COM A ESCASSEZ.....	8
2.2	O PROBLEMA COM O SABER CONVENCIONAL	9
2.3	O PAPEL DO ESTADO	11
2.4	A DEFESA DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES	12
2.5	A EMANCIPAÇÃO DO ESTADO.....	12
2.6	POLITICA PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTROLE DE PREÇOS	13
2.7	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO	14
3	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	15
3.1	CONFLITO ENTRE CLASSES.....	15
3.2	A NECESSIDADE DA PRODUÇÃO PARA GERAÇÃO DE RENDA AOS TRABALHADORES.....	17
3.3	CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS	18
3.3.1	Empresas do Sistema de Mercado.....	18
3.3.2	Empresas do Sistema de Planejamento.....	19
3.4	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇO E A RELAÇÃO COM OS DOIS SISTEMAS	20
3.5	O PODER DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO	21
3.6	REAÇÃO DOS SISTEMAS À INSTABILIDADE	21
3.7	A INFLAÇÃO E OS DOIS SISTEMAS	22
4	CONCLUSÃO.....	24
	REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

John Kenneth Galbraith (1908 – 2006) além de professor nas universidades de Harvard e Princeton, foi embaixador na Índia e conselheiro de diversos presidentes democratas. Escreveu mais de quarenta livros cujas obras tiveram grande importância para o entendimento da sociedade contemporânea.

Suas obras não foram desenvolvidas de forma abstrata, nem sobre modelos matemáticos, mas sim com uma grande preocupação em como os fatores que integram a economia afetam de forma significativa a vida diária dos indivíduos que a constituem. Observa-se também que não há receios em questionar e contestar crenças já estabelecidas, que na sua visão estão ultrapassadas, seja pela evolução tecnológica, quanto pela mudança nos hábitos de negócios.

Galbraith menciona no decorrer de diversas obras de sua autoria outras personalidades importantes para o desenvolvimento da economia como ciência, afirmando suas contribuições como no caso de Adam Smith, Thorstein Veblen e John Maynard Keynes, por exemplo.

O objetivo deste trabalho é apresentar com base em algumas obras de Galbraith a relação do Estado e organização do sistema econômico, assim como a organização da produção a partir da segunda metade do século XX. No capítulo 2 são apresentados os fatores referentes ao Estado, como o seu papel, suas especificidades, assim como quais medidas devem ser tomadas para a preservação da economia estável e em um nível de emprego aceitável. Já no capítulo 3, o tema central é a organização da produção e seus efeitos às classes da sociedade e ao sistema econômico como um todo. O último capítulo encerra o trabalho sintetizando todos os assuntos abordados.

2 ESTADO E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO

Previamente a análise efetiva do objetivo do Estado e o instrumental necessário para alcançar suas metas, faz-se necessário apresentar algumas características que influenciam a tomada de decisão dos indivíduos e do coletivo. Os dois primeiros itens desse capítulo estão voltados para o esclarecimento desses assuntos.

2.1 RUPTURA COM A ESCASSEZ

A abundância de recursos pôde ser observada de uma maneira mais ampla a partir do século XX, e mesmo para os afortunados que nunca passaram por privações, suas idéias e orientações de pensamentos não se basearam no ambiente em que vivem (de fartura). (GALBRAITH, 1987). Deve-se então desvincular das idéias de escassez sob a perspectiva de Robbins (2012), onde o indivíduo possui quatro condições exatas que limitam seus recursos. Essas condições são: a primeira é que um homem isolado deseja renda real e lazer, em segundo, o mesmo não possui a quantidade suficiente de qualquer um dos dois para satisfazer suas necessidades, terceiro seu tempo pode ser gasto aumentando sua renda real ou seu lazer, e por ultimo, o desejo pelos elementos que integram a renda real e o lazer será diferente, salvo em casos excepcionais.

A escassez de tempo que Robbins (2012) ressalta, onde se deve escolher entre renda e lazer não é totalmente desfeita, pois, pode haver um desejo crescente de utilizar o tempo apenas em lazer. A ruptura é mais significativa na renda transformada em bens materiais.

É interessante observar também a distinção entre escassez relativa e absoluta feita por Dugger & Peach (2009). Nessa obra eles assumem que o problema da escassez relativa, a qual o nível de consumo de um indivíduo é comparado com o de outro, nunca será resolvida, pois o consumo é influenciado pelo status que ele proporciona.

“Nunca haverá o suficiente para cada pessoa possuir mais que todos os outros.” (DUGGER & PEACH, 2009, p. 4).

Já a escassez absoluta, a qual Galbraith (1987) se refere é estabelecida pela disponibilidade adequada de assistência médica, educação, transporte, segurança, moradia e lazer.

Ainda na obra de Dugger & Peach (2009), eles exploram a visão de diferentes pensadores como: Adam Smith que via o aumento de produtividade gerado pela especialização do trabalho como um fator que promoveria a abundância; Thomas Malthus, que afirmava que a escassez era inevitável, uma vez que os recursos cresceriam de forma linear e a população de forma exponencial; Ricardo, assim como Malthus acreditava na escassez gerada pelo aumento da população e redução na produtividade agrícola, causada pela necessidade de produção em terrenos menos férteis.

A conclusão que Galbraith (1987) assume a respeito dessa idéia de escassez é que os indivíduos se precipitam na tomada de decisões, pois deixam de aproveitar de oportunidades e agem de maneira incorreta na necessidade de ajustes, a citação a seguir exemplifica com suas próprias palavras seu ponto de vista:

O país afluente que dirige seus negócios de acordo com as regras de uma outra época mais pobre também fatalmente desperdiçará oportunidades. E por deixar de compreender o que ocorre consigo mesmo, irá implacavelmente prescrever-se os remédios errados quando surgir qualquer dificuldade. (GALBRAITH, 1987, p. 4).

2.2 O PROBLEMA COM O SABER CONVENCIONAL

Cada indivíduo pode adotar uma perspectiva que mais lhe agrade ou que se enquadre com o seu gosto, acreditando naquilo que desejar. As teorias de como funcionam os acontecimentos são aceitas ou não de acordo com a assertividade que ela proporciona naquele momento, assim como a conveniência que elas proporcionam. O comodismo ou a insegurança para mudar a sua maneira de pensar, podem ser os obstáculos para a compreensão do funcionamento da sociedade afluente (sociedade onde existe a abundância absoluta de bens). Chamamos esse conjunto de idéias de saber convencional. (GALBRAITH, 1987).

A própria idéia de escassez é um exemplo de saber convencional, apesar de verdadeira, tornou-se obsoleta a partir do século XX e seus conceitos não representam mais a realidade posterior a esse período.

O saber convencional como um conjunto de idéias formadas representando fatos pertinentes à determinada época, está fadado a se tornar obsoleto, uma vez que ele se acomoda a interpretar a visão estática que o público tem do mundo.

É interessante destacar também o poder das instituições na influência da tomada de decisão, hábitos, preferências e também nos fatores que formam o saber convencional dos indivíduos. Hodgson (2003) argumenta que essa capacidade das instituições de afetar os indivíduos não pode ser provada empiricamente pelo fato de haver infinitas possibilidades na maximização da satisfação de um indivíduo, porém as instituições restringem e incentivam o comportamento individual, elas possibilitam ações e escolhas que não existiriam de outra forma.

“... a característica mais persuasiva das instituições é a sua capacidade oculta de moldar e mudar as aspirações, ao invés de apenas possibilitar que elas existam.” (HODGSON, 2003, p. 5 *) (tradução do autor).

Em seu artigo Hodgson (2003) afirma ainda que os hábitos são persuasores implícitos do modo de pensar, no nosso caso do saber convencional, as instituições influenciam de forma indireta o saber convencional dos indivíduos alterando os seus hábitos.

Para Galbraith (1987), a duração das idéias que compõem o saber convencional é passageira, e finda quando sua aplicabilidade é completamente inútil ou inaplicável.

“O golpe fatal ao saber convencional vem quando as idéias convencionais ostensivamente fracassam ao tentarem lidar com alguma contingência para a qual a obsolescência as tornou irrefutavelmente inaplicáveis”. (GALBRAITH, 1987, p. 12).

Se a obsolescência das idéias é inevitável quando essas não representam uma aplicação real, o problema está no hiato temporal entre uma idéia deixar de ser verdadeira, ou não representar de forma real os acontecimentos e os indivíduos deixarem de tomar atitudes se baseando nelas, ou seja, o espaço de tempo para que todos se ajustem à nova forma que os fatos acontecem. É nesse espaço de tempo se baseando em idéias ultrapassadas, que tomadas de decisões são realizadas de forma equivocada.

Podemos estender esse problema se levarmos em conta que não existe apenas um conjunto de idéias que direciona a tomada de decisão, mas inúmeros fatores que se tornam obsoletos de forma subsequente.

2.3 O PAPEL DO ESTADO

O Estado deve atuar auxiliando algumas atividades econômicas, que por características próprias não conseguem atender as necessidades da população, ele deve intervir onde o setor privado não consegue oferecer bens e serviços de maneira adequada oferecendo soluções exequíveis, é seu papel também atuar de forma regulatória coibindo ações nocivas à população. O objetivo do Estado é maximizar o bem-estar da população respeitando a vontade da maioria, atuando diretamente ou regulando serviços prestados por terceiros.

No exercício direto de suas atividades, podemos citar serviços como segurança pública, infra-estrutura, saúde e educação. Já nos serviços que são prestados por empresas privadas, mas que possuem características que podem atuar de forma a prejudicar seus usuários, o Estado atua com agências reguladoras que fiscalizam as atividades das empresas e buscam de forma viável garantir as preferências da maioria. “O papel do Estado é complementar e regulamentar, e cabe aos defensores de qualquer ação governamental provar que ela é necessária.”. (GALBRAITH, 1988, p. 19).

As empresas devem estar subordinadas ao mercado, assim como o Estado deve estar subordinado ao cidadão e o eleitor. Na proporção em que as empresas crescem, elas tendem a aumentar sua influência em relação aos consumidores e ao governo, esse por sua vez não deve favorecer nenhuma entidade em detrimento de outra. Posteriormente descreveremos as características das empresas que possuem esse poder de manipulação.

Para Keynes, o papel do Estado vai além da defesa dos interesses individuais das pessoas como consumidores, sua função também é equilibrar o mercado, assegurando que haja uma demanda mínima de bens que garantam o emprego para a maior parte da população. Sua teoria diz que o alto índice de desemprego está relacionado com uma deficiência na demanda agregada devido a uma demanda inadequada por investimento. O papel do Estado é então executar políticas fiscais e monetárias que estimulem um fluxo de emprego e renda em níveis que se

aproximem do pleno emprego. Os gastos governamentais com obras públicas atuam tanto de forma direta como indireta, pois aumentaria a renda e o consumo dos empregados diretos, gerando empregos secundários oriundos do aumento do consumo. A preocupação do modelo Keynesiano é de garantir emprego aos que necessitam desse como fonte de renda. (FROYEN, 2013).

2.4 A DEFESA DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES

A ação das entidades reguladoras visa defender o interesse público dos consumidores. Quando não há um remédio ou solução possível para determinado problema no setor privado, recorre-se então a estatização do serviço.

A Regulamentação de atividades nos diversos setores da economia deve ser aplicada quando existe uma divergência de interesses entre as empresas e os consumidores, o problema é estabelecer os critérios que definem o real interesse desses consumidores. Apesar de serem autarquias ligadas ao governo, as agências reguladoras sofrem pressões e muitas vezes excedem da sua função técnica para medidas políticas.

2.5 A EMANCIPAÇÃO DO ESTADO

O Estado também como consumidor acaba sendo influenciado pelos interesses do sistema de planejamento (descrito no item 3.3.2), observar as necessidades da população, defendendo-as dos interesses do sistema de planejamento é dever dos governantes, pois o exercício dos interesses do sistema de planejamento tende a aumentar a desigualdade de renda em favor dos indivíduos que fazem parte da tecnoestrutura.

O papel do governo então é que ele se liberte do controle do sistema de planejamento e atue para defender os interesses da população. É necessário que os governantes possuam uma percepção pública que seja o real interesse da maioria, e não defenda apenas os seus próprios interesses pessoais.

O Estado em sua configuração atual contribui para a desigualdade nos níveis de desenvolvimento. Isso se dá pelo exercício da influência que as grandes empresas do sistema de planejamento possuem. O Governo apóia, dá estrutura e subsídios para as empresas mais fortes do sistema de planejamento e negligencia as menores e em pior caso ficam ainda as empresas do sistema de mercado. Isso

fica claro quando se observa o financiamento através do Governo de pesquisas relacionadas à tecnologia, ao subsídio a certos tipos de bens, a redução ou isenção de impostos a certos segmentos como no ramo automobilístico, por exemplo. Do outro lado ficam os preconceitos ao subsídio à agricultura, ao apoio à educação, à saúde e aos demais serviços básicos.

O primeiro ponto a se acertar é a divisão das receitas e a divisão das tarefas entre os níveis do governo. Ajustar a distribuição de recursos entre a nação, os estados e municípios contribui para a redução do efeito influenciador que as corporações possuem, fracionar a renda entre os estados e municípios permite que investimentos e ações sejam feitos em escalas menores com uma tendência de auxiliar mais os setores que estão mais atrasados e dispõem de menos recursos para se desenvolverem. (GALBRAITH, 1988).

Na teoria Keynesiana não se observa um detalhamento nas características das empresas do setor privado como o descrito nas obras de Galbraith, sua análise se resume à distinção entre governo e particulares. Seu aprofundamento em ações governamentais é então no sentido de promover políticas monetárias e fiscais conciliadas que aumentem o produto e a renda. Ajustar o nível de oferta de moeda e gastos públicos à uma taxa de juros que proporcione um nível de renda adequado e que atenda o interesse da maioria é o objetivo do Estado. (FROYEN, 2013).

2.6 POLITICA PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTROLE DE PREÇOS

Além das medidas já citadas para defender o interesse comum da população, se faz necessário outras ações para estabilizar preços e salários das empresas de ambos os sistemas.

Para se gerar um fluxo de renda confiável e um nível de preços razoavelmente estável o desenvolvimento dos dois sistemas deve ser equitativo, investindo e fornecendo condições iguais para o aprimoramento dos métodos produtivos. A atuação da política fiscal como equalizador da renda vai contra a vontade dos indivíduos com maior renda, porém é bastante eficiente, pois o retorno da renda é maior, uma vez que a propensão a poupar das classes mais baixas é menor, tornando o fluxo de capital mais alto.

A política fiscal tem como objetivo ajustar a arrecadação para garantir os recursos necessários que viabilizem a execução dos serviços públicos básicos para

todos. “... a política fiscal corrigiria o viés geral do sistema econômico em favor do sistema de planejamento.” (GALBRAITH, 1988, p. 309).

A aplicação de políticas monetárias com o intuito de controle de preços pode ser ineficaz devido aos seguintes fatores: a efetividade de sua atuação só é comprovada com a redução dos níveis de produção e emprego abaixo da capacidade máxima, o que confronta com o crescimento econômico; é discriminatória, reduzindo a oportunidade de crescimento de apenas alguns setores e vai contra o processo de criação das necessidades do consumidor.

Para Keynes, a efetividade da política fiscal vai além da troca de consumo privado para consumo público de maior importância, em sua concepção o consumo público, seja pela prestação de serviços públicos, ou pelo aumento da infra-estrutura é um gerador de renda diretamente aos que trabalham e auferem renda nas ações específicas, quanto de maneira indireta, no reflexo do aumento de consumo proporcionado pelos trabalhadores diretos.

Diferente de Galbraith (1988) que defende a redução na prática da política monetária, seja pela incerteza de seus efeitos, ou pelo favorecimento proporcionado à parte mais forte e desenvolvida da economia, Keynes defende que a política monetária deve ser utilizada em concordância com a política fiscal, a efetividade de ambas as políticas dependem principalmente da sensibilidade do investimento e da demanda por moeda aos juros. (FROYEN 2013).

De maneira simplificada as políticas fiscais e monetárias dependem do efeito que uma variação na taxa de juros tem na oferta de moeda e no nível de investimento, quão maior for a variação do investimento e demanda por moeda com a mudança na taxa de juros maior será a variação causada na renda, tanto para mais quanto para menos. (FROYEN, 2013)

2.7 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO

O sistema de planejamento coordena suas atividades com o objetivo de alcançar suas metas, não tão raro a coordenação desses eventos pode falhar, os erros acontecem principalmente quando uma indústria depende da outra para proporcionar seus interesses. Um exemplo comum é a incapacidade do setor de geração de energia em atender a demanda crescente resultante do crescimento de eletrodomésticos no consumo familiar e na criação e ampliação de fábricas que

dependem do mesmo insumo, outro exemplo também de origem energética é o setor automobilístico que cresce constantemente.

Nesse caso de erro ou conflito de planejamento entre ramos dependentes o Estado deve intervir. A ação pública deve coordenar medidas para sanar problemas que o sistema de planejamento não é capaz de resolver por si só. As medidas a serem adotadas como nos exemplos mostrados devem: restringir o consumo socialmente menos urgente; desenvolver outros tipos de fontes de energia através do investimento tecnológico; expandir a produção e administrar possíveis futuros gargalos.

Como já destacamos a atuação do Estado para Keynes sempre se faz presente como ferramenta auxiliadora na regulação do nível de renda, então nesse caso, é preciso então apenas direcionar as ações, às necessidades mais urgentes da população.

3 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

No processo de produção de bens e oferta de serviços observamos algumas características dos indivíduos diretamente ligados a esse setor, alguns itens deste capítulo têm o intuito de elucidar essas características possibilitando uma análise mais ampla da organização da produção, assim como foi feito para o Estado e organização do sistema econômico no capítulo anterior.

3.1 CONFLITO ENTRE CLASSES

Independente da época, na maior parte das comunidades houve ou há desigualdade de renda entre classes sociais, essa desigualdade gera conflito entre as diversas camadas da sociedade, majoritariamente os mais ricos se opõem à idéia de distribuição de renda pensando em defender seu interesse em possuir poder de compra, já os mais pobres, com exceção dos que almejam tornarem-se ricos, defendem a distribuição de renda alegando possuir os mesmos direitos de acesso aos bens de consumo. (GALBRAITH, 1987).

A riqueza desperta no homem basicamente três sentimentos, a satisfação com o poder que ela proporciona, o prazer da posse dos objetos que o dinheiro pode comprar e a estima que recai sobre o rico.

Essa estima ou honorabilidade atribuída sobre o rico é o sentimento que desperta o desejo pela competição, ou emulação pecuniária que objetiva acumular mais riqueza que o seu semelhante e impede a divisão igualitária de bens.

Veblen (1983) relata a distinção de classes desde a cultura bárbara na Europa e no Japão feudal, a principal característica por ele destacada é a função de cada indivíduo na sociedade, alguns vivem ociosamente no sentido de não produzirem bens, a outra parte tem a função de realizar trabalhos manuais relativos ao plantio, à indústria e o artesanato.

A classificação entre indivíduos ociosos e os ligados diretamente a produção é resultado de uma discriminação baseada em características que se alteram gradualmente de acordo com o período que vivem, na cultura bárbara, as mulheres eram consideradas como propriedades, e o casamento podia ser considerado um contrato de transferência de posse, que passava do pai ao marido, elas realizavam o trabalho manual, enquanto os homens realizavam as atividades predatórias como a caça e as guerras. Em outros tipos de organizações, títulos de nobreza atrelados a laços familiares definiam os nobres que usufruíam dos benefícios do ócio, dos que deveriam realizar trabalhos de funções industriais.

Fica clara a diferenciação na importância dada aos tipos de trabalho realizado, os ligados à produção e transformação de bens estão em um nível inferior de honorabilidade e são remunerados com renda inferior, já os relacionados à administração e governabilidade tem um status mais elevado concedendo a eles mais renda.

Dentro da estrutura organizacional da sociedade observa-se um conflito tanto no sentido de reorganizar a maneira pela qual a renda é dividida, onde os que produzem efetivamente bens materiais buscam obter mais renda, quanto no sentido de transferência entre grupos, onde os indivíduos tentam fazer parte da classe ociosa.

É importante ressaltar que a definição de ócio dada por Veblen (1983) nesse caso não se remete à inatividade do indivíduo, mas se trata de não ter nenhuma relação com a produção de bens materiais necessários para a sociedade.

A resistência em distribuir de forma mais igual a renda não se dá somente pela privação de alguns bens ou serviços que as classes mais altas usufruem, o gozo desses prazeres em muitos casos não seria afetado, mas a distribuição os colocaria em um patamar mais baixo de honorabilidade.

A emulação pecuniária é a razão pela qual esforços são feitos para a geração e acumulação de riquezas e por esse mesmo motivo torna-se tão difícil a distribuição da renda gerada. O desejo de sobrepujar outros indivíduos na acumulação de bens impede a saciedade do desejo de riqueza de uma sociedade, independente quão a renda aumente ou de como ela é distribuída.

3.2 A NECESSIDADE DA PRODUÇÃO PARA GERAÇÃO DE RENDA AOS TRABALHADORES

Uma vez que as necessidades básicas dos seres humanos foram alcançadas na sociedade afluenta, (ou melhor dizendo, existe a possibilidade de se suprir essas necessidades, se a divisão da produção fosse feita de forma à atender a todos), a produção passa a atender aos desejos psicológicos das pessoas. A relação de dependência entre produção e consumo pode não ficar muito clara uma vez que é dúbia sua interpretação. (GALBRAITH, 1987).

Podemos supor que a produção é necessária para gerar renda aos indivíduos que se dedicam a ela, porém se houver uma fonte de renda independente ao trabalho, a produção de bens supérfluos perde sua necessidade. Na verdade a própria produção cria necessidades que ela mesma deve satisfazer, o marketing e a publicidade estimulam a criação de necessidades que aumentam gradativamente e é superior ao aumento de renda dos trabalhadores, então esses sempre buscarão aumentar mais sua renda através do trabalho para satisfazerem suas necessidades criadas pela própria produção, o ciclo vicioso nunca para, carregando nas costas do trabalhador o dever de buscar sempre aumentar sua renda.

Keynes (1985a), afirma que a produção atual depende da expectativa que os produtores têm do nível de consumo futuro, uma vez que há um hiato temporal entre o início da produção e o consumo de determinado bem. A expectativa dos produtores está relacionada com a quantidade que será demandada e o preço que o consumidor estará disposto a pagar. No curto prazo a preocupação é com o nível de produção do produto a ser vendido sem alterar o arranjo da unidade fabril. A produção pode variar de acordo com o implemento de horas extras ou com a simples contratação de funcionários novos. Já no longo prazo o arranjo fabril muda, novas instalações são criadas para ampliar o nível de produção de maneira

definitiva. Essas expectativas são de curto e longo prazo, pois o investidor assume que as variações na demanda podem ser pontuais ou definitivas.

As análises de expectativa do conjunto de produtores variam a quantidade produzida dos bens na sociedade em determinado período, assim como alteram o nível de emprego geral da economia, sempre se observará certo nível de desemprego, resultante dessa oscilação nas expectativas.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS

Basicamente podemos dividir as empresas que atuam na economia em duas categorias, de acordo com algumas especificidades:

3.3.1 Empresas do Sistema de Mercado

Dispersas e de pequeno porte atuam de acordo com o mercado, não são capazes de influenciar no preço e sua quantidade ofertada individualmente é desprezível. A dispersão geográfica e a incapacidade de desenvolver métodos padronizados de produção ou oferta de serviços impedem que essas empresas cresçam suficientemente para mudarem de categoria.

Na maioria dos casos o proprietário gerencia seu negócio, essa auto-exploração visando o aumento de renda do indivíduo é bem aceita pela sociedade ao contrário da exploração alheia para rendimentos próprios, a qual é regulamentada por leis trabalhistas.

Outra dificuldade no sistema de mercado é estabelecer um ritmo do trabalho dos funcionários, o esforço exercido pode ser incentivado pela remuneração através da produtividade.

A empresa do sistema de mercado consegue sobreviver, pois reduz a remuneração de seus participantes se comparado com as empresas do sistema de planejamento. “A virtude social conveniente reforça essa pressuposição ajudando as pessoas a se convencerem de que devem aceitar um retorno mais baixo.” (GALBRAITH, 1988, p. 75).

3.3.2 Empresas do Sistema de Planejamento

Em um tamanho maior do que as empresas do sistema de mercado, o sistema de planejamento concentra um grande número de trabalhadores e agrega o conhecimento de vários indivíduos no desenvolvimento de atividades de seu interesse. Essa organização permite que indivíduos se especializem em processos específicos que seriam inúteis se empregados de forma isolada.

O arranjo de empresa em organização possibilita que ela se desenvolva além dos limites da competência intelectual do indivíduo que a possui. Não há limite para a expansão da organização, a característica mais marcante é a presença de poucas e grandes empresas de um determinado setor.

Existe uma relação inversa entre o tamanho da corporação e o poder de ação individual dos dirigentes, essa relação é fruto do poder da tecnoestrutura dentro da empresa, o quão maior ela for maior será o colegiado que toma suas decisões que são embasadas de forma técnica, a autoridade da organização aumenta à medida que a própria empresa cresce.

A tecnoestrutura busca basicamente dois objetivos na sua gestão, os fins defensivos e os fins afirmativos, a defesa de sua posição ou autoridade no mercado, através da obtenção de resultados mínimos esperados (de venda, por exemplo), caracterizam os fins defensivos, já os fins afirmativos são os que contemplam a expansão dos negócios da empresa, o crescimento proporciona maior controle de preços e custos da empresa; maior controle e persuasão sobre seus clientes; contribui também ao interesse pecuniário direto da tecnoestrutura, o progresso individual na corporação não fica dependente do afastamento por qualquer motivo que impossibilite seu superior. O profissional não fica exclusivamente dependente da saída de um colega em um nível superior na hierarquia para conseguir crescer profissionalmente, pois em uma empresa em expansão novos cargos são criados.

O crescimento pode se dar tanto pela expansão da produção com a ampliação do leque de produtos ofertados, com a mesma qualificação técnica para a produção ou não, quanto pela aquisição de empresas menores, o que possibilita otimizar a gestão através da experiência gerencial e maior poder financeiro. (GALBRAITH, 1988)

Veblen (1966) descreve algumas características que diferenciaram o desenvolvimento das empresas em grandes unidades fabris, ou em nossa análise

ele lista as peculiaridades que possibilitaram a formação das empresas do sistema de planejamento. Antes de qualquer outra, o aperfeiçoamento da maquinaria no emprego das atividades fabris foi o principal fator que possibilitou a produção em massa e o desenvolvimento de grandes indústrias.

Esse aperfeiçoamento só foi possível devido à padronização mecânica e técnica dos produtos, ferramentas, aparelhos e métodos de acordo com escalas e gabaritos convencionais, (escalas métricas, de peso, temperatura força, tensão e diversas outras).

Outro fator importante para o crescimento do tamanho das plantas industriais em grandes unidades fabris foi o desenvolvimento de técnicas padronizadas para a produção de certos bens, a standardização da produção em postos de trabalho possibilitou o aumento da produtividade dos indivíduos relacionados a ela. A relação entre empresas, onde cada uma se especializa na produção de um determinado bem ou segmento, também contribuiu, uma vez que, cada unidade industrial concentrada em um produto ou matéria prima, é capaz de obter melhores resultados.

A força das empresas do sistema de planejamento transcende os limites territoriais dos países e atuam de forma global, obedecendo as diretrizes das matrizes. A coordenação de ações entre unidades de uma marca em diversos países do mundo é o resultado do poder da tecnoestrutura em conduzir a empresa.

Observamos que os fatores que possibilitaram o desmembramento entre as empresas do sistema de mercado e de planejamento foi tanto de ordem técnica, onde inovações na área produtiva se destacaram, quanto de ordem gerencial, onde o modo de governar passou de um membro central para um colegiado.

3.4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇO E A RELAÇÃO COM OS DOIS SISTEMAS

No sistema de mercado as empresas são tomadoras de preço e ajustam sua produção de acordo com o mesmo, o preço regula a entrada e saída de firmas no mercado, equilibrando assim a oferta. Através do preço os indivíduos maximizam seu consumo, adquirindo tudo aquilo que podem comprar, ajustando a quantidade possível dentro de sua restrição orçamentária.

O sistema de planejamento tem o poder de controlar seus preços, esse poder é utilizado tanto para fins defensivos quanto afirmativos, em termos defensivos, o controle de preços atua com o intuito de garantir sua posição no mercado, mantendo o preço a um nível que garanta lucro em um nível esperado. Para fins afirmativos a empresa em questão pode atuar com preços abaixo do nível que maximizaria seu lucro, porém operando assim ela expande o comércio de seus produtos. Mesmo que as empresas com essa característica tenham o poder de controlar o preço de seus produtos, elas não o elevarão de maneira indiscriminada, pois caso fizessem não seria possível adquirir o bem respeitando a restrição orçamentária dos seus consumidores.

“O controle de preços visa à obtenção de um nível mínimo de lucro para assegurar que preços fora de controle não coloquem a empresa (e seu setor) em situação de prejuízo.” (GALBRAITH, 1988, p. 114).

3.5 O PODER DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Quando os oligopólios ou monopólios conseguem exercer um poder de influenciar os gostos e preferências dos consumidores, esses perdem sua soberania e ficam submetidos às influências dos grandes produtores que além de controlar os preços e a oferta de bens, manipulam as necessidades dos consumidores. Não basta o produtor fazer com que o seu produto seja desejado, o preço do produto deve estar dentro da capacidade de compra dos demandantes, o nível de renda é uma barreira para consumo de certos tipos de bens. (GALBRAITH, 1988).

A manipulação da administração pública pelos produtores faz com que em certos casos os consumidores optem por um produto não pela sua preferência, mas pela ausência de alternativas substitutas. (um exemplo é o uso de automóveis em locais que, por pressão das montadoras ou não, o serviço de transporte coletivo não existe ou é ineficiente).

3.6 REAÇÃO DOS SISTEMAS À INSTABILIDADE

A instabilidade econômica provoca efeitos distintos entre os dois sistemas, o primeiro impacto decorrente de uma crise ou recessão é observado no sistema de planejamento, onde o consumo cai de forma imediata, porém é no sistema de mercado, o qual é mais frágil que as consequências serão maiores.

A capacidade de defesa das empresas do sistema de mercado é muito mais restrita, uma vez que elas não conseguem influenciar no preço nem nos custos de produção. (GALBRAITH, 1988).

No sistema de mercado o poder cíclico de recessões é mais limitado, pois as empresas são relativamente pequenas e a propensão a gastar é alta, as firmas não conseguem restringir muito seus gastos em forma de poupança ao contrário do sistema de planejamento.

O sistema de planejamento destina parte de seus lucros para o investimento em expansão, a expansão da indústria é baseada em estimativas de crescimento da demanda, quando essa demanda cresce de maneira branda, a maior parte do lucro fica retido como poupança, acarretando assim a insuficiência na demanda que ocasiona a depressão.

3.7 A INFLAÇÃO E OS DOIS SISTEMAS

No sistema de mercado a informação que o produtor tem a respeito de seu produto é o preço, o qual ele não controla. Um aumento relativamente forte na demanda desse bem ocasiona o aumento de preço. O aumento dos preços de um produto e até mesmo a inflação são ocasionados pelo aumento da demanda provocado pelo aumento de fontes de crédito, sem contra partida em poupança ou aumento dos gastos do governo sem elevação na arrecadação, o remédio para isso seria o contingenciamento de gastos do governo ou a restrição de crédito ao consumidor. A principal causa do aumento de preços dos produtos e serviços do sistema de mercado é o aumento na demanda. (GALBRAITH, 1988).

No sistema de planejamento o controle sobre os preços atua para defender os lucros. “Uma finalidade importante desse poder, como já vimos, é permitir que custos de mão-de-obra sejam repassados ao público. Isso atende aos interesses defensivos da tecnoestrutura.” (GALBRAITH, 1988, p. 188).

A rigidez para baixo nos salários causada pelo poder dos sindicatos dificulta a redução (ou manutenção) no preço dos bens, na verdade os sindicatos pressionam as empresas a aumentar o salário de seus funcionários. “A existência de sindicatos rivais, uns mais poderosos que outros, aumenta essa instabilidade para cima.” (GALBRAITH, 1988, p. 189). (a instabilidade referida é o movimento ascendente de preços e salários).

No caso das empresas do sistema de planejamento, a causa do aumento de preços se dá principalmente pelo repasse do aumento de custos de produção influenciados principalmente pela mão de obra.

Keynes (1985 b), explica que mudanças no valor da moeda só afetam a sociedade quando a incidência da variação do preço dos produtos e salários é desigual. Ou seja, a consequência de uma duplicação na renda, nos preços e nos capitais de todos seria nula, pois apenas o valor de face da moeda mudaria. O problema se encontra na mudança desproporcional de preços que afeta diferentes classes sociais de forma desigual, a transferência de riquezas afeta de forma arbitrária a sociedade, onde muitos são lesados e alguns privilegiados, porém os especuladores ou aproveitadores que geram renda além de seus merecimentos são uma consequência e não a causa do desequilíbrio de preços.

A inflação afeta cada classe de maneira específica, mas não deixa de surtir efeito em nenhuma delas, os investidores, os empresários e os assalariados absorvem os impactos de maneiras diferentes. Investidores são todos aqueles que poupam e têm o desejo de aumentar sua riqueza através de diversos instrumentos que multipliquem o montante investido inicialmente, o principal problema em se investir é o risco inerente dessas operações. Os empresários que geram renda com a transformação de bens ou prestação de serviços ficam desencorajados de investir em capital fixo, uma vez que podem usufruir do ganho imediato proporcionado pelo aumento do preço dos bens estocados. No caso dos assalariados a defasagem dos salários em relação aos preços depende muito da organização das classes trabalhadoras, a união traz maior força para defender seus interesses e assegurar uma real melhora na remuneração e nas condições de trabalho. Assim, as classes menos organizadas ou articuladas, por qualquer que seja o motivo estão em desvantagem se comparada com as mais organizadas, sofrendo assim maiores danos com a desvalorização da moeda.

4 CONCLUSÃO

A partir de conceitos estruturados em suas obras como: o saber convencional, a formação da tecnoestrutura e a abundância de recursos observada na sociedade a partir da segunda metade do século XX, entre outros, descritos em *A Sociedade Afluente* (1987), *A Economia e o Interesse Público* (1988) e *Galbraith Essencial* (2012), foi possível observar características da organização do processo produtivo e influência do Estado na sociedade.

Baseado na fundamentação dos conceitos apresentados por Galbraith, o objetivo do trabalho foi relacionar a função do Estado, como um auxiliador na promoção do bem-estar, assim como apresentar o ferramental necessário para desenvolver a estabilidade econômica. Pode-se afirmar que relacionar os elementos que constituem a organização da produção também faz parte do objetivo dessa monografia.

Vimos aqui como o conceito de escassez, na forma absoluta descrita por Robbins pode afetar de forma negativa a tomada de decisão dos indivíduos e trazer conseqüências a níveis macroeconômicos para a sociedade. Foi possível também analisar as conseqüências do saber convencional como um balizador para as tomadas de decisão, onde a obsolescência de fatores que determinam as idéias que norteiam o saber convencional pode ser prejudicial para as escolhas feitas tanto do lado dos consumidores quanto da tecnoestrutura.

A apresentação da tecnoestrutura como tomadora de decisão das empresas do sistema de planejamento também permitiu uma melhor análise das empresas desse mesmo sistema. A própria divisão das firmas como empresas do sistema de mercado e planejamento deu uma solidez na análise do funcionamento do sistema produtivo onde características próprias de cada sistema puderam ser observadas.

Durante o trabalho foi possível complementar os conceitos apresentados por Galbraith com as idéias de outros autores como Robbins contribuindo com a definição de escassez, Keynes com a sua idéia de participação do Estado como um auxiliador na formação de demanda efetiva, Veblen com a caracterização de classes. As contribuições são bem mais profundas que a breve descrição realizada, além de contar com outros autores citados no corpo do texto.

REFERÊNCIAS

DUGGER, William; PEACH, James. **Economic Abundance: An Introduction**. New York: M.E. Sharpe 2009.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia: Teoria e Aplicações**. São Paulo: Saraiva 2013.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Economia e o Interesse Público**. São Paulo: Pioneira 1988.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Sociedade Afluente**. São Paulo: Pioneira 1987.

GALBRAITH, John K. **Galbraith Essencial: Os principais Ensaos de John Kenneth Galbraith**. São Paulo: Futura 2007.

HODGSON, Geoffrey M. **Reclaiming Habit for Institutional Economics**. Journal of Economic Psychology 25. p.651-660. 2004.

HODGSON, Geoffrey M. **The Hidden Persuaders: Institutions and Individuals in Economic Theory**. Cambridge Journal of Economics 27. p. 159-175. 2003.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural (1985a).

KEYNES, John Maynard. **Inflação e Deflação**. São Paulo: Nova Cultural (1985b).

ROBBINS, Lionel. **Um ensaio sobre a Natureza e a Importância da Ciência Econômica**. São Paulo: Saraiva 2012.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. São Paulo: Abril Cultural 1983.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria da Empresa Industrial**. Porto Alegre: Editora Globo S.A. 1966.